

# DOSSIER REDIGE – REDE DISCURSO E GÊNERO

## Dossiê Rede Discurso e Gênero

### Ronda Maria da Penha e a violência contra mulheres no discurso da polícia militar baiana

*Ronda Maria da Penha and violence against  
women in the discourse of the baiana military  
police*

*Ronda Maria da Penha y la violencia contra las  
mujeres en el discurso de la policía militar de  
Bahia*

#### RESUMO

Este trabalho analisou discursos referentes à violência de gênero contra mulheres a partir de falas da coronel Denice Santiago, autora do projeto Ronda Maria da Penha, situado no Estado da Bahia. Realizamos esta investigação à luz dos Estudos Críticos do Discurso (Fairclough, 2003; van Dijk, 2008), que têm como objetivo central investigar a (re)produção discursiva do poder e do abuso de poder nas relações sociais, aqui, as que envolvem violências contra mulheres. O corpus analisado foi coletado através do Canal Vrá!!!, hospedado no YouTube, projeto da jornalista baiana Luana Assiz, e refere-se à entrevista da jornalista com a coronel Denice Santiago.

Palavras-chave: violência de gênero; Ronda Maria da Penha; Estudos Críticos do Discurso.



Recebido em: 13 de outubro de 2023  
Aceito em: 23 de novembro de 2023  
DOI: 10.26512/les.v24i2.51172

# CADERNOS de LINGUAGEM & SOCIEDADE

*Papers on Language and Society*

**Neila Priscila dos Santos Costa**

[neila\\_priscila@yahoo.com.br](mailto:neila_priscila@yahoo.com.br)

<https://orcid.org/0000-0003-3179-6104>

Universidade Federal da Bahia (UFBA),  
Salvador, BA, Brasil

**Tatielle Gomes Rodrigues**

[tatielle\\_rodrigues@hotmail.com](mailto:tatielle_rodrigues@hotmail.com)

<https://orcid.org/0000-0003-1963-8058>

Universidade Federal da Bahia (UFBA),  
Salvador, BA, Brasil

**Daniele de Oliveira**

[danieleoliveira99@gmail.com](mailto:danieleoliveira99@gmail.com)

Universidade Federal da Bahia (UFBA),  
Salvador, BA, Brasil

# ARTIGO

## ABSTRACT

This work analyzed discourse referring to gender-based violence against women as from speeches by colonel Denice Santiago, author of Ronda Maria da Penha project, based in the State of Bahia. We carried out this investigation in the light of Critical Discourse Studies (Fairclough, 2003; van Dijk, 2008), which have as their central objective to investigate the discursive (re)production of power and power abuse in social relations, herein, those that involve violence against women. The corpus analyzed was collected through Canal Vrá!!!, hosted on YouTube, a project by the baiana journalist Luana Assiz, and refers to the journalist's interview with colonel Denice Santiago.

Keywords: gender-based violence; Ronda Maria da Penha; Critical Discourse Studies.

## RESUMEN

Este trabajo analizó discursos referidos a la violencia de género contra las mujeres a partir de discursos de la coronel Denice Santiago, autora del proyecto Ronda Maria da Penha, ubicada en el Estado de Bahia. Realizamos esta investigación a la luz de los Estudios Críticos del Discurso (Fairclough, 2003; van Dijk, 2008), que tienen como objetivo central investigar la (re)producción discursiva de poder y el abuso de poder en relaciones sociales, en este caso, que involucran violencia contra mujeres. El corpus analizado fue recopilado a través del Canal Vrá!!!, alojado en YouTube, proyecto de la periodista baiana Luana Assiz, y hace referencia a la entrevista de la periodista a la coronel Denice Santiago.

Palabras clave: violencia de género; Ronda Maria da Penha; Estudios Críticos del Discurso.

### Como citar:

COSTA, Neila Priscila dos Santos; RODRIGUES, Tatielle Gomes; OLIVEIRA, Daniele de. Ronda Maria da Penha e a violência contra mulheres no discurso da polícia militar baiana. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, Brasília, v. 24, n. 2, p. 341-356, jul./dez. 2023. DOI: 10.26512/les.v24i2.51172. Disponível em: . Acesso em: XXX.

### Correspondência:

Nome por extenso do autor principal  
Rua XXX, número XXX, Bairro XXX, Cidade, Estado, País.

### Direito autoral:

Este artigo está licenciado sob os termos da Licença [Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/)..



## INTRODUÇÃO

Os números sobre a violência contra a mulher no Brasil são estarrecedores. Entre 2009 e 2019, 50.056 mulheres foram assassinadas, o que significa dizer que uma mulher foi morta a cada duas horas nesse período. Além disso, estima-se que, em média, acontecem 822 mil casos de estupros por ano em nosso país, sendo 80% de mulheres. Esses números foram apresentados pelo Atlas da Violência que preparou um especial sobre a violência contra a mulher em 2022, no contexto do dia internacional da mulher, lembrado em 08 de março de cada ano. Quando se refere à interseccionalidade com a raça, o Atlas informa que 66% das mulheres mortas no Brasil em 2019 eram negras. E mais, em algumas regiões do país, as mulheres negras sofrem risco dobrado de serem vítimas de algum tipo de violência, segundo levantamento do Ministério da Saúde. Esses dados evidenciam o alto risco de ser mulher no Brasil e que esse risco é potencializado quando se trata de mulheres negras. Outro dado importante, identificado pelo Balanço Ligue 180, é que quase 80% das chamadas em 2019 foram relacionadas à violência doméstica e familiar. Nesses registros, os agressores são principalmente: companheiros (33,15%), ex-companheiros (17,94%) e cônjuges (12,13%).

Diante deste cenário, o intuito desta investigação é refletir sobre a violência contra a mulher a partir da análise de uma entrevista concedida pela Coronel Denice Santiago, comandante da Ronda Maria da Penha da Polícia Militar da Bahia, à jornalista Luana Assiz, ambas mulheres negras, tendo em vista quais discursos emergem desse diálogo. Sendo assim, partimos de um breve histórico sobre o surgimento da Lei da Maria da Penha e também da Ronda Maria da Penha, no contexto da Bahia. Na sequência, apresentamos os pressupostos teóricos que orientam a análise, a saber, os fundamentos da perspectiva relacional de Norman Fairclough e da perspectiva sociocognitiva de Teun van Dijk, ambos expoentes dos Estudos Críticos do Discurso. Em seguida, passamos à análise da entrevista propriamente dita e concluímos o trabalho com as considerações finais desta investigação.

### 1. A LEI E A RONDA MARIA DA PENHA

A pauta da violência contra a mulher ganha relevância na década de 1980 quando o Brasil promulga a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, que havia sido aprovada pelas Nações Unidas em 1979 (Almeida; Borba, 2022). Além disso, demandas feministas ensejam a criação das DEAMs – Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, em 1985. Mas só em 2006 é promulgada a Lei nº 11.340, conhecida como Lei Maria da Penha (LMP) com o intuito de combater a violência doméstica e familiar contra a mulher. O fato que deu origem à LMP foi a omissão do Estado no caso de Maria da Penha Maia Fernandes, vítima de lesão corporal e de tentativa de homicídio pelo próprio marido em 1983. Ressaltamos que a LMP também prevê a criação de centros de educação e de reabilitação para os agressores.

Dessa forma, tanto o combate à violência contra a mulher quanto a reeducação dos agressores podem ser vistos como políticas públicas cujo intuito é minimizar a violência de gênero no Brasil. E a Lei Maria da Penha pode ser considerada um marco histórico nessa luta, já que tipificou essa forma de violência como crime tendo em vista suas especificidades.

Quando se trata de violência de gênero, em geral, refere-se à violência de um homem contra uma mulher, a despeito da possibilidade de a violência de gênero ser praticada, por exemplo, por um homem contra outro ou por uma mulher contra outra (Safiotti, 2015). A primazia da mulher nesse contexto fundamenta-se na hegemonia do patriarcado na nossa sociedade, que se refere, nos termos de Cecília Sardenberg, a uma ordem social também chamada patriarcalismo, aquela que está “inscrita e perpetrada nas nossas instituições sociais, nos nossos sistemas de crenças e valores e no nosso universo simbólico” (Sardenberg, 2011, p. 2). Lia Machado complementa ao dizer que o patriarcado é “um sistema ou forma de dominação que, ao ser (re)conhecido já (tudo) explica: a desigualdade de gêneros” (Machado, 2000, p. 4) com vistas à valorização do masculino, da masculinidade, sobretudo, a masculinidade hegemônica, pautada em modelos tradicionalistas, cristãos, e à desqualificação do feminino e das feminilidades como um todo. Safiotti nos lembra que o patriarcado não caminha sozinho, ele está em estado de simbiose com o capitalismo e o racismo (Machado, 2000, p. 4). Além disso, o próprio texto da LMP, embora tenha por foco a violência contra a mulher, não deixa de adotar o termo gênero em seu texto, o que se justifica pela necessidade de uma “abertura jurídica para também resguardar os direitos de pessoas transsexuais” (Almeida; Borba, 2022, p. 148).

No escopo da Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006) é criada a Ronda Maria da Penha (RMP – PMBA), na Bahia, no dia 08 de março de 2015, quando esse Estado ocupava o segundo lugar no ranking de homicídio de mulheres, portanto, um dos piores cenários do país. A RMP foi criada pela coronel Denice Santiago, inspirada pela Patrulha Maria da Penha, da Brigada Militar do Rio Grande do Sul, e é especializada na prevenção e no enfrentamento à violência contra a mulher. De modo mais específico, trata-se de “visitas diárias de acompanhamento às mulheres que tiverem a medida protetiva de urgência deferida pela Justiça<sup>1</sup>”. Dessa forma, a RMP possibilita a proteção a essas mulheres, já que oferece atendimento contínuo com equipe multidisciplinar.

A RMP é uma parceria entre as secretarias de Políticas para as Mulheres (SPM-BA) e de Segurança Pública (SSP) do governo estadual, a Defensoria Pública, o Ministério Público e o Tribunal de Justiça. Até setembro de 2022, a RMP já estava em 22 municípios da Bahia, incluindo a capital, Salvador<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> Disponível em: <http://www5.tjba.jus.br/portal/wp-content/uploads/2017/10/ronda-maria-da-penha.pdf> Acesso em: 5 ago. 2023.

<sup>2</sup> Disponível em: <https://plataformamulhersegura.org.br/preciso-de-ajuda/ronda-maria-da-penha-de-salvador> Acesso em: 5 ago. 2023.

Importa destacar que, em julho de 2015, foi criada também a Ronda para Homens, um subprojeto da RMP, com o objetivo de “sensibilizar e capacitar homens que residem em territórios vulneráveis à violência em Salvador e profissionais de segurança pública, promovendo mudanças culturais e reduzindo a reincidência entre os autores de violência” (Bueno; Brigagão, 2017). Apesar de implementada apenas na capital, o projeto Ronda para Homens se desloca para o interior quando há demanda de formação de policiais militares e/ou guardas municipais.

A criação desses centros de responsabilização e de reeducação para os agressores explicita a necessidade de uma profunda mudança na relação entre as mulheres e seus agressores, de uma perspectiva mais ampla do que simplesmente punitivista, conforme ressaltaram Almeida e Borba (2022). Tendo em vista que o gênero é uma categoria relacional (Zanello, 2018), a reflexão não pode separar estudos feministas de estudos sobre a masculinidade, assim a ação de políticas públicas precisa considerar os dois lados da relação, o que já havia sido ressaltado por Safiotti (2015[2004]), para quem a real transformação de uma relação violenta parte da ajuda às duas partes dessa relação.

Tendo em vista o objetivo da LMP de criar “mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher” (artigo 1º), tais mecanismos vêm sendo implementados e gerando impactos desde o primeiro ano da Lei (Bonetti; Pinheiro, 2009), além de trazer

importantes inovações no ordenamento jurídico brasileiro na medida em que criou novas atribuições para as instituições da Polícia e da Justiça, além de comprometer na sua efetiva aplicabilidade outras instituições governamentais que, tradicionalmente, não participavam de ações de prevenção, atenção e enfrentamento da violência de gênero (Sardenberg; Grossi, 2015, p. 497).

Bueno e Brigagão (2017) destacam como desafios, tanto da Ronda Maria da Penha quanto da Ronda para Homens, a pequena capacidade de ação em função da ausência de orçamento específico, embora ressaltem que o projeto da Ronda é audacioso e já apresenta resultados preliminares interessantes. Outro desafio apontado pelas autoras é a resistência da própria polícia em relação às questões de gênero. Aliás, o olhar interseccional sobre o assunto é crucial e indispensável, uma vez que não se trata apenas de gênero, o ser humano precisa ser lido como sujeito interseccional que é, seja pelo viés das vantagens estruturais, muitas vezes marcadas pelos privilégios combinados, como pelo viés das desvantagens estruturais, aí estão os grupos e sujeitos sociais comumente denominados de “minorias”, termo inadequado do ponto de vista numérico, embora coerente do ponto de vista dos seus direitos negligenciados, desatendidos, invisibilizados. A resistência policial em direção às categorias de gênero, raça, classe é bastante complexa, e, portanto, uma resistência interseccional, que culmina também numa abordagem carente desse olhar. Kimberlé Crenshaw (2002), ativista, pesquisadora e jurista estadunidense, autora do conceito de interseccionalidade, explica que a discriminação sofrida por determinados grupos e sujeitos sociais são discriminações interseccionais, sendo que a interseccionalidade trata, portanto, da

interseção das desigualdades de gênero, raça, classe, origem geográfica, dentre outras sobreposições. Considerando que, junto com o racismo e as relações de classe, o patriarcado é um dos alicerces da sociedade brasileira (Safiotti, 2015[2004]), iniciativas como estas são fundamentais para uma verdadeira mudança sociocultural.

Entendida como uma relação de poder, em função da desigualdade entre os gêneros sociais, a violência contra a mulher passa também pelo aspecto ideológico, tendo em vista que o patriarcado ainda é muito forte em nossa cultura. Não por acaso, como já foi dito, quando se pensa em violência de gênero está se referindo, fundamentalmente, à violência contra a mulher, já que ela “deriva de uma organização social de gênero, que privilegia o masculino” (Safiotti, 2015, p. 85).

E se é ideológico, o fenômeno é também discursivo, o que nos remete ao campo dos Estudos Críticos do Discurso que tem por objetivo, entre outros, se debruçar sobre discursos ideologicamente orientados sobre determinado problema social, seja o discurso opressor que explicita uma relação abusiva de poder, seja o discurso da resistência, como é o caso desta investigação. Adotamos ainda uma perspectiva crítica feminista em nossa abordagem, tal como proposto por Lazar (2007) que defende a necessidade de mostrar as maneiras complexas, sutis ou não, por meio das quais as premissas sobre gênero e sobre as relações de poder hegemônicas são produzidas, sustentadas, negociadas e desafiadas discursivamente em diferentes contextos.

## 2. ESTUDOS CRÍTICOS DO DISCURSO

A violência de gênero é, indubitavelmente, um problema social que pode ser representado no discurso. Nos termos de Fairclough (2009), a ordem social brasileira “precisa” da violência de gênero para manter os privilégios dos homens que se beneficiam amplamente da sujeição de mulheres. Sendo assim, a perspectiva crítica de estudos dos discursos se configura como adequada para a análise que propomos neste trabalho.

No Brasil, os Estudos Críticos do Discurso (ECD) foram popularizados principalmente pelos estudos de Norman Fairclough, o primeiro a ter uma obra dessa área de estudos traduzida para língua portuguesa<sup>3</sup>, e de Teun van Dijk, o que acumula mais traduções nessa área em língua portuguesa além de estabelecer um diálogo mais próximo com pesquisadoras/es do Brasil e da América Latina. Pioneiros dos ECD, não só no Brasil, a perspectiva crítica desses autores fundamentará nossa investigação.

Fairclough (1989, 2003), em sua perspectiva relacional, destaca a relação interna e dialética entre a linguagem e a sociedade, aproximação também fundamental para a perspectiva cognitiva proposta por van Dijk (2008), que articula estruturas sociais às estruturas discursivas por meio da interface cognitiva. Está claro, portanto, que as abordagens relacional e cognitiva podem ser

---

<sup>3</sup> Trata-se de *Discurso e mudança social*, livro traduzido por Izabel Magalhães em 2001 e considerado um dos responsáveis pela divulgação dos ECD no Brasil.

acionadas de modo coerente com vistas a análises cujo objetivo está em investigar como problemas sociais são discursivizados em determinadas práticas sociais.

O conceito de práticas sociais parte da percepção de que a vida social é constituída de práticas, formas habituais ligadas a tempos e espaços específicos e que são acionadas para interagir no mundo (Chouliaraki; Fairclough, 1999). A autora e o autor ressaltam que a vantagem dessa perspectiva é que as práticas sociais funcionam como um ponto de conexão entre as estruturas abstratas e seus mecanismos e os eventos concretos. “São as ações localizadas dos atores sociais [os eventos concretos] que estabilizam, em maior ou menor grau, a prática, do mesmo modo que o conhecimento internalizado da prática ajusta o modo de agir do ator social aos limites previstos por essa mesma prática” (Gonçalves-Segundo, 2018, p. 84), o que, por sua vez, conduz ao elemento cognitivo (van Dijk, 2008), aqui compreendido como imprescindível para intermediar as relações entre as práticas sociais e as ordens de discurso (Foucault, 1996).

Fairclough (2003, p. 25) define a ordem do discurso, ancorado em Foucault (1996), como “uma rede de práticas sociais em seus aspectos linguísticos”. As possibilidades de uso da linguagem são acionadas ou excluídas nos discursos, gêneros e estilos, incorporando também determinadas ideologias e, portanto, as ordens do discurso organizam as diversas áreas da vida social por meio da diversidade de usos da linguagem e dos discursos por ela veiculados.

As práticas são constituídas tanto em domínios especializados, como a política e a economia, quanto no domínio da cultura, incluindo a vida cotidiana (Chouliaraki; Fairclough, 1999). E se se constituem em diferentes domínios, elas não só se articulam como tal articulação envolve relações de poder ideologicamente orientadas. Tais redes de práticas são mantidas e também modificadas a partir das dinâmicas dessas relações de poder. A partir de Gramsci (1995), o poder é compreendido como hegemonia, que se constitui com a naturalização de determinadas práticas sociais, bem como de relações entre práticas. Dito de outra forma, as relações de poder se fundamentam no consentimento, não na coerção, mas nas redes de práticas ideologicamente legitimadas.

A ideologia pode ser compreendida a partir da perspectiva de van Dijk (1998) que a concebe como um sistema de crenças ou representações mentais socialmente compartilhadas por membros de um grupo. Dessa forma, a ideologia organiza a sociedade em grupos coesos em termos de crenças e valores, o que cria a oposição *Nós* contra *Eles* (van Dijk, 2008). O conflito social parte exatamente dessa oposição, já que cada grupo quer legitimar suas crenças e valores no espaço das práticas sociais. O abuso de poder (van Dijk, 2008) acontece quando o sistema de crenças de um grupo é imposto e coloniza o de outro, por meio da mídia, por exemplo.

A análise do discurso presente em determinada prática social pode explicitar como esse poder se (re)produz, uma vez que “o discurso e a comunicação (...) desempenham um papel central na (trans)formação da ideologia” (van Dijk, 2008, p. 49). Além disso, o discurso é um dos momentos integrantes das práticas sociais que envolvem também ação e interação, relações sociais, pessoas

(com crenças, valores, atitudes, histórias etc.) e mundo material (Fairclough, 2003). Nessa perspectiva, o discurso é compreendido de duas formas, uma mais abstrata, a linguagem usada na vida social, e outra mais concreta, como maneiras particulares de representar o mundo (Fairclough, 2003).

A partir das propostas de Fairclough e van Dijk, Lazar (2007) faz uma articulação entre os ECD e os estudos feministas para propor uma Análise de Discurso Crítica Feminista que, para a autora, tem por objetivo ampliar o entendimento sobre o complexo trabalho do poder e da ideologia no discurso para sustentar hierarquicamente acordos sociais de gênero.

Nossa proposta é, pois, analisar o discurso em tela como uma maneira particular de representar o mundo, a partir de algumas categorias discursivas, a saber: avaliação (Fairclough, 2003), alguns aspectos da representação de atores sociais (van Leeuwen, 2003), interdiscurso (Fairclough, 2003), seleção lexical (Amaral, 2016), culpabilização da vítima (van Dijk, 2008) e algumas estruturas sintáticas.

### **3. A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER NA PERSPECTIVA DA CORONEL DENICE SANTIAGO: UMA ANÁLISE**

O momento de análise é sempre desafiador, uma vez que culmina na observação, interpretação e explanação de muitos elementos que coexistem num material de análise sempre de certa complexidade, como é o vídeo do *Canal Vrá!!!*, escolhido para nossa investigação. Aqui, a análise se dedica a alguns desses elementos, sem a intenção de esgotá-la.

O *Canal Vrá!!!* está hospedado no YouTube e é descrito como um projeto da jornalista baiana Luana Assiz que informa: “Aqui, você assistirá a entrevistas com pessoas que colaboram para desconstruir as ideias que sustentam o machismo e o racismo.”<sup>4</sup> O canal conta com pouco mais de mil inscritos. Já o vídeo em tela, intitulado *Violência Doméstica contra a mulher*, com duração de 13min28s, foi postado em 19 de abril de 2019 e conta com 1.163 visualizações desde então, tendo recebido 85 curtidas e nenhuma marcação como “não gostei”, além de 9 comentários<sup>5</sup>[3]. Trata-se de uma entrevista feita por Luana Assiz com a coronel da Polícia Militar da Bahia, Denice Santiago.

É importante ressaltar que neste trabalho nosso objetivo é analisar apenas a linguagem verbal e os discursos que ela veicula, a despeito da materialidade do vídeo envolver outras semioses. Passemos, pois, para a análise propriamente dita.

A introdução do vídeo é composta por falas de mulheres cujas identidades se encontram em sigilo, não se vê os seus rostos ou imagens suas, se ouve apenas suas vozes, que revelam em seu conteúdo como essas mulheres se distanciam, no nível discursivo, do sujeito agressor, seu

---

<sup>4</sup> Disponível na descrição do canal: <https://www.youtube.com/@CanalVra/about> Acesso em: 02 out 2023.

<sup>5</sup> Dados levantados no próprio canal em 2 out. 2023.

companheiro/marido, delimitando o que Van Dijk (2008) chama de endogrupo (nós, a gente) e exogrupo (o pronome masculino, o homem), como no trecho:

*e que ele mandava na casa. Que ele era o homem, que ele mandava e que a gente tinha que ficar quieto (voz feminina 1).*

Estar em sigilo já é indicativo de que algo/alguém deve ficar acobertado, fora da vista das pessoas, em segredo, por muitos motivos, embora em casos de violência, seja para garantir a segurança e a integridade da vítima. Também o *nós x ele* revela uma quebra no interior do núcleo familiar, seja em nível afetivo, simbólico, como material, sendo o “a gente” o grupo em que a mulher participa e que provavelmente os filhos, também. Uma segunda voz relata:

*quem sabe se eu tivesse saído de casa antes, mas eu jamais ia ter coragem (...) de ter saído de casa antes, porque eu achava que era uma coisa até normal, digamos assim.*

O espaço é doméstico e a relação é íntima, afetiva. Essas falas desenham a imagem de um convívio familiar delimitado aqui pelo contexto que rege a “casa”. O “normal” mencionado pela voz feminina com tom especulativo (“quem sabe se eu tivesse...”), se trata na verdade da violência vivida, traçada como norma dentro da relação afetiva e do convívio familiar. No fundo aparentemente não houve falta de coragem de ter saído da casa em si, mas de ter quebrado com a norma de uma suposta vida de casal e familiar; essa norma, partindo de uma interdiscursividade da família tradicional cisheteropatriarcal cristã “até que a morte os separe”, estabelece como “normal” e aceitável as violências sofridas pela mulher no ambiente doméstico/familiar, incentivando-as a permanecer, a não criar coragem de sair de casa, nas palavras da participante do vídeo: “porque eu achava que era uma coisa normal” sofrer violências e agressões, daí pensar o que é a família, e sobretudo, a família ocidental, tradicional, que é patriarcal, colonial, essa instituição de grande impacto para a estruturação das nossas sociedades ocidentalizadas.

Além das avaliações da Luana Assiz à Ronda Maria da Penha, considerando-a como “muito importante” para o Estado da Bahia, ela também constrói brevemente, ainda na introdução do vídeo, o perfil das mulheres atendidas pela Ronda:

*As mulheres atendidas pela Ronda Maria da Penha são aquelas que já estão sob a medida protetiva, que é expedida pela justiça, então elas necessariamente passaram por aquele processo de romper, na verdade, o silêncio e ter a coragem de ir lá denunciar o agressor. Mas a gente sabe que isso é muito difícil né, para quem está vivendo uma situação de agressão. O que a senhora diria para quem está na situação de violência e que ainda não teve essa coragem, não teve ainda essa oportunidade de denunciar?”*

Enquanto esboça um breve perfil das mulheres vítimas de violência doméstica, Luana Assiz também faz uma afirmação avaliativa explícita “isso é muito difícil”, fortalecida pelo advérbio “muito”, sobre o processo de romper o silêncio, partindo de uma associação (van Leuween, 2003) com o grupo de mulheres que vivem essa situação ou presenciam violências contra outras mulheres ao se colocar dentro do grupo: “mas a gente sabe que isso é muito difícil né...”, esboçando alguma experiência de causa, certamente como mulher negra, sujeito social que mais sofre violências no

Brasil, conforme Mapas da Violência disponibilizados pela FLACSO Brasil (Flacso Brasil, 2012). É ainda de se pensar no fenômeno como coletivo e generalizado, e que por mais que a violência não atinja a minha pele branca no sentido concreto em termos de raça, em termos de gênero, sim, o coletivo mulheres é impactado sob diversas maneiras, sobretudo, no quesito simbólico. Ainda sobre o perfil das mulheres atendidas, Luana Assiz modaliza, elas “necessariamente” são mulheres que saíram da dinâmica repetitiva de término-retorno à relação com seu agressor, essa é uma característica indispensável para pensarmos sobre as vítimas que estão sob medida protetiva.

A coronel Denice Santiago responde ao questionamento da jornalista, não de forma categórica, mas contextualizada, descritiva e explicativa, o que indica que não há uma resposta objetiva e rápida para um problema social estrutural como é a violência de gênero contra mulheres, que grande parte das vezes é uma violência interseccional (Akotirene, 2019), e que por sua vez não deve ser objetivada, nem simplificada. Denice faz isso muito bem, primeiro quando descreve as etapas que levam a vítima a buscar apoio e acolhimento da Ronda, desde a contextualização do fenômeno como algo muito cruel com as mulheres, a mencioná-lo como cultural. Explica que, nas palavras dela: “culturalmente ele é aceito na sociedade”. Essa construção lógica acarreta dois caminhos de raciocínio: primeiro que, por ser cultural, limita-se à ideia de algo aceitável, já estabelecido e transmitido entre gerações, como costumes, saberes, tradições e comportamentos, e que, por isso, cristaliza-se, naturaliza-se, passa-se por cima, se releva, pois é algo que “sempre aconteceu”, “faz parte da nossa cultura”, como algo intransitivo. Essa é uma ideia perigosa que pode ajudar na perpetuação do fenômeno da violência. Por outro lado, se é cultural, é algo também construído, cuja historicidade revela de certa maneira tal construção e, conseqüentemente, o como e o quem construiu. Tais raciocínios transitam entre o determinado e o construído, este último pautado na questão da agência e também da responsabilidade implicada nesta posição em direção à transformação (Archer, 2000).

Mais um momento da entrevista a se pontuar refere-se ao que Denice julga ser importante em todo trabalho da Ronda Maria da Penha, ela diz:

*O que é mais importante em tudo isso? Que essa mulher não retorne a esse ciclo de violência. Porque a gente precisa entender que existe toda uma conjuntura social, amigos, parentes, que vão dizer pra ela todo o tempo “dê uma outra chance, perdoe”. E a mulher, pela sua condição, de esposa dedicada, de bela, recatada e do lar, tem uma tendência natural a voltar ao seu relacionamento e a perdoar. Mesmo por quê? Ali está o homem que ela escolheu pra viver ao lado dela. Em alguns casos, é o pai dos filhos dela.*

Denice aborda a dinâmica das redes de relações sociais e interpessoais das mulheres atendidas pela Ronda, que muitas vezes as incentivam, com sugestões de dar uma nova chance e perdoar o agressor, a manterem-se em relações abusivas, e isso é feito por pessoas próximas, como amigos e familiares, momento em que seria importante problematizar tais relações de amizade e questionar o que é de fato (ser) família. O imaginário social ainda recai sobre o fato do agressor ser majoritariamente um desconhecido e de mulheres serem agredidas em vias públicas,

dadas justificativas de estarem se expondo, mas o quadro é justamente o oposto, as mulheres são mais frequentemente agredidas em casa, por pessoas conhecidas, da família, do seu círculo social, sobretudo, seus companheiros (Flacso Brasil, 2012). A coronel incorre num essencialismo, ao acionar o léxico *natural* para falar sobre a condição da mulher como uma *tendência natural*, que tem como efeito um sujeito esposa, dedicada, bela, recatada e do lar. Esse (inter)discurso nos lembra não apenas a fala de um militar, ex-representante da extrema-direita do nosso país, cuja misoginia, racismo, dentre outras tendências fundamentalistas eram escancaradas nas suas falas públicas, bem como nas suas posturas, mas também o imaginário social cristianizado e essencialista. Originalmente, esse discurso, com a mesma seleção lexical, aparece na capa da revista Veja, no contexto do golpe político-parlamentar sofrido pela ex-presidenta, Dilma Rousseff<sup>6</sup>. Não há um motivo inato, uma tendência natural para a mulher voltar ao seu relacionamento abusivo e perdoar, nem que justificada pelo fato daquele homem ser “pai dos filhos dela”, há, sim, motivos sócio-históricos, econômicos e estruturais. Em nome do “pai” muito abuso é perdoado, entendendo este paterno como uma instituição, um sistema simbólico. A fala da coronel neste trecho é reflexo também da corporação que ela representa, uma corporação cuja conjuntura histórica e social revela um perfil patriarcalista, machista, misógino, racista.

Mais uma fala da coronel merece análise:

*Nós trabalhamos com um tipo diferente de criminoso. O nosso criminoso é João, que é gente boa, que bateu lage lá em casa comigo. É Cláudio, que carregou as compras de Dona Maria, gente boa, que é um excelente amigo, um excelente parceiro de várias atividades, mas é um péssimo marido, mas é um péssimo companheiro, é um marido agressor, um pai agressor, e nesse universo, nessa realidade, ele é um criminoso, e como tal ele precisa ser punido da mesma forma que a gente repudia um homicida, da mesma forma que a gente repudia um ladrão, um estelionatário, enfim, qualquer crime que esteja capturado no Código Penal Brasileiro, nós precisamos entender e também repugnar esse agressor da violência doméstica-familiar que é uma tendência cultural para a gente não fazer.*

Esse trecho da entrevista é muito importante. Denice é categórica quanto à definição de um agressor de mulheres como criminoso, tal como um ladrão, um estelionatário e um homicida. Ao avaliar o “nosso criminoso”, esse “tipo diferente de criminoso”, ela diz que é sempre aquele que mora conosco ou perto de nós, é o nosso vizinho, o amigo que é “excelente parceiro de várias atividades”, ou o Cláudio, da nossa rua, “que carregou as compras de Dona Maria”. A avaliação aí passa pelo afetivo, são pessoas do nosso convívio, com as quais construímos vínculos de afeto. Mas, e ela usa a adversativa, não é por isso que deixam de ser criminosos, um péssimo companheiro, um marido agressor, um pai agressor, e continua qualificando esse sujeito.

É nesse sentido que, em seu processo de modalização e investida de sua posição social como policial, ela reforça e sentencia a necessidade de se tratar tais “queridos” como criminosos: “ele é um criminoso, e como tal ele precisa ser punido, da mesma forma que a gente repudia um

<sup>6</sup> Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/marcela-temer-bela-recatada-e-do-lar> Acesso 26 nov. 2023.

homicida”. E mais adiante, respaldada pelo Código Penal Brasileiro, reafirma: “nós *precisamos entender* e também repugnar esse agressor da violência doméstica-familiar que é uma tendência cultural para a gente não fazer”, ou seja, a tendência, como já discutido anteriormente neste texto, é relevar, deixar passar batido.

Denice deixa explícito em sua fala a importância de tratar o crime de violência contra a mulher do mesmo modo que são tratados outros crimes, em que a pessoa que comete o crime precisa ser punida, em suas palavras, ela enfatiza isso quando diz: “Na verdade esse homem matou uma mulher. *Ponto*”. Ao utilizar esse sinal de pontuação também na sua fala, ao invés de utilizá-lo somente na entonação, Denice faz uma escolha lexical para enfatizar com veemência o fato de que quem comete o crime de violência contra a mulher deve ser punido, assim como os outros crimes. Segundo Amaral (2016) a escolha lexical no discurso é um ato político, que, por sua vez, é também ideológico. Desta forma, a entrevistada marca um discurso de resistência em sua fala.

A coronel explica ainda sobre a culpabilização da vítima (van Dijk, 2010), ao afirmar que “a tendência que a gente tem socialmente é de ouvir que a mulher errou ao escolher, a mulher deve ter feito alguma coisa, por isso que ele brigou”. A culpabilização da vítima parte de construções ideológicas religiosas, patriarcais e machistas que visam responsabilizar a pessoa que sofreu a violência, ao invés de responsabilizar o seu agressor. Essa recorrência expõe a “naturalização” da violência e desigualdade de gênero que envolvem construções históricas e sociais formadas para manter a mulher nesse espaço de subalternidade, que não tem voz, nem espaço na sociedade.

A entrevistadora Luana Assiz exalta a importância do trabalho da RMP na mudança cultural, em sua fala “ainda tem muito o que mudar na cultura, isso não é de um dia para a noite, mas o trabalho que é feito na Ronda Maria da Penha já pelo menos faz uma proteção a essas mulheres que passam por isso”. Nesse trecho, ela avalia o trabalho da Ronda, uma vez que defende aspectos que considera bons. De acordo com Fairclough (2003), a avaliação, compreendida como um recurso lingüístico-discursivo do significado identificacional, evidencia perspectivas do agente social acerca de algo, podendo atribuir-lhe um caráter através de uma avaliação discursiva.

Ainda na fala de Luana Assiz, ela destaca que uma das mulheres atendidas pela Ronda definiu o trabalho do grupo como “Salvadores de Marias”, e complementa dizendo que “é um nome muito forte e que representa muito”. Em relação a isso, Denice diz que “esse nome nos define”, nesse caso, ela atribui o termo à unidade coletiva, não é só ela que se identifica, mas todo o grupo. Além disso, a etimologia da palavra “salvador” remete àquele que salva, que ampara, que protege, de referência religiosa. Em sua fala, Denice afirma que “são salvadores dessas mulheres na perspectiva de permitirem a elas reviver”. Ao explicar isso, ela remete aos objetivos da ronda, de resgatar a mulher dessa “prisão” e trazê-la de volta à vida. Nesse caso, Denice caracteriza a Ronda como essa unidade de salvação, que “salva” essas mulheres.

Em relação ao termo “Salvadores de Marias”, Luana diz que esse trabalho da ronda “personaliza, né? dá uma noção de que é realmente um trabalho que olha pra pessoa, não são

números, não são casos, não são ocorrências. São pessoas que estão ali com as vidas nas mãos de vocês”. Essa afirmação contrapõe o papel da polícia “comum”, pois essa instituição não pessoaliza as abordagens e o tratamento das situações, como vemos comumente a ação policial no dia a dia e através da mídia. A abordagem policial parte de três fatores: (i) atitude da pessoa abordada no encontro com o policial, (ii) taxas criminais do entorno e (iii) características do ambiente do local do encontro (Pinc, 2014, p. 36), ou seja, a ação da polícia é reativa, não preventiva como no caso da Ronda. Para responder a essa fala da entrevistadora, a coronel afirmou que “é na Ronda Maria da Penha, Luana, que eu me sinto mais policial militar”. Nesse trecho Denice traça sua identidade como policial militar em dois momentos, num primeiro ela exalta a ronda como sendo esse espaço de sua identidade policial; num segundo momento, essa ideia escancara o fato de que se ela não estivesse na Ronda, não se sentiria tão policial militar.

Acerca do trabalho da Ronda, Denice diz que esta não é somente uma instituição de enfrentamento, mas que “*enfrentar* quando tiver que ser feito, *usar* a força quando tiver que ser feito, mas sobretudo *prevenir, cuidar, zelar*, é assim, na ronda, neste trabalho que a gente fez que eu penso que a polícia militar é mais polícia militar”. Nesse trecho, a coronel faz uma seleção lexical de processos verbais e estabelece um paralelismo morfológico para explicar e exaltar o trabalho feito pela Ronda. Ela evidencia nesse trecho que não se vê enquanto policial militar fora do âmbito da RMP.

Ao falar sobre o trabalho realizado na Ronda, Denice diz que eles não podem falhar, que ela não pode falhar, e afirma que se falhar e perder uma dessas mulheres que são acompanhadas pela Ronda “*vai sinalizar uma fraqueza do Estado*”. Nesse trecho, é possível notar a identificação da PM enquanto aparato estatal, e que não pode haver erros. Além disso, ela utiliza marcadores textuais que fazem uma relação paratática, marcada pelo paralelismo sintático para ressaltar o comprometimento do grupo com o trabalho, “*nós somos incansáveis, nós somos incessantes*”. A coronel também faz uma afirmação avaliativa explícita sobre o trabalho da Ronda, evidenciando suas problemáticas, quando diz que “é um trabalho muito complexo, um trabalho muito desgastante emocionalmente, que a gente se depara com uma miséria humana muito complicada”. Ressaltamos o uso do advérbio “muito”, repetidas vezes de modo a fortalecer o nível de dificuldade do trabalho.

Ao finalizar a entrevista, como de costume da instituição da Polícia Militar, Denice agradece aos seus superiores, e diz:

*Eu preciso agradecer o apoio do governo do Estado, eu preciso agradecer o apoio do meu comandante e do meu comandante imediato, o coronel Lázaro, porque são homens no lugar de homens que conseguem permitir que eu no comando de uma operação de unidade policial militar, consiga empreender uma marca feminina nessa gestão.*

No trecho citado é possível notar, através das palavras da coronel, como a figura do homem é posta em âmbito autoritário, aquele que mantém o controle e o poder, enquanto aquele que permite, que manda, que a “permitiu” estar nesse lugar por ser mulher. Em outras palavras, ela diz

que a gestão é masculina, já que é difícil para uma mulher alcançar o lugar que ela alcançou, sendo ela uma das poucas mulheres que conseguiu estar ali. Nesse caso, ela consegue através da “boa vontade masculina” deixar apenas uma “marca”. Assim, é possível notar como os traços do patriarcado ainda estão enraizados na instituição da Polícia Militar da Bahia.

Por fim, Denice deixa a seguinte mensagem final: “mulheres, saibam que a gente vai estar lá aptas e prontas para salvá-las, porque essa é a *nossa missão*, para isso que eu me predispus”. Nesse trecho, Denice demonstra uma postura heroica, além de elevar o trabalho da Ronda enquanto uma missão, trecho esse que ela destaca em dois momentos de sua entrevista.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, constatamos nessa análise que, em grande parte da entrevista, a coronel Denice Santiago se orgulha de fazer parte da Ronda Maria da Penha e apresenta o projeto partindo de um discurso de resistência que delineia a importância de erradicar tal violência através de políticas públicas como é o caso da própria RMP e da Ronda para Homens, no sentido de enfrentar, prevenir, cuidar, zelar, informar, e ainda, como nas palavras da coronel, “usar a força quando tiver que ser feito”. Luana Assiz reitera o papel da ronda ao caracterizá-la como “muito importante” para o Estado da Bahia e para uma transformação sociocultural.

Alguns resultados da análise confirmam um caráter essencialista no discurso da coronel ao falar sobre a condição da mulher como uma *tendência natural*, posicionando este sujeito em lugares sociais de gênero estanques, como a de esposa, dedicada, bela, recatada e do lar, o que reflete mais do que sua posição pessoal, a posição de uma corporação representada ali por ela. Além disso, Denice projeta essa associação da sua pessoa com a Ronda, bem como com a corporação ao mencionar sobre a missão deles em proteger e salvar mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, traçando um perfil heróico e também de compromisso com o Estado, uma vez que como ela diz, se a Ronda falhar, “vai sinalizar uma fraqueza do Estado”.

Esse perfil heróico adotado é perceptível a partir da identificação da coronel com a definição atribuída por uma das mulheres atendidas pela Ronda, classificando o grupo como “Salvadores de Marias”, cuja adesão de Denice é afirmada na frase “esse nome nos define”. Essa definição revela um interdiscurso cristianizado, muito presente no imaginário social, bem como no perfil da corporação.

A coronel desmistifica a figura do criminoso como sendo aquele que é desconhecido, que está na rua e distante da vítima. Ao contrário, ela diz que o criminoso é “João, que é gente boa, que bateu lage lá em casa comigo. É Cláudio, que carregou as compras de Dona Maria, gente boa, que é um excelente amigo, [...], mas é um péssimo marido, mas é um péssimo companheiro, é um marido agressor, um pai agressor”. Além disso, ela afirma que esse criminoso precisa ser punido,

do mesmo modo que punimos crimes como homicídio, estelionato, roubo, etc., enfim, “qualquer crime que esteja capturado no Código Penal Brasileiro”.

Muitos outros elementos podem ser observados e analisados nos posicionamentos da coronel da Polícia Militar da Bahia, Denice Santiago, aqui elencamos apenas alguns momentos da entrevista com a jornalista Luana Assiz, que se mostraram mais evidentes e que destacam traços relevantes quando se trata do debate e da caracterização do crime de violência contra mulheres.

## REFERÊNCIAS

- ARCHER, M. Realismo e o problema da agência. **Estudos de Sociologia**, v. 6, n. 2, p. 51-75, 2000.
- ALMEIDA, E. V. L.; BORBA, F. (2022). A lei Maria da Penha: uma política pública brasileira de combate à desigualdade de gênero. **Debate Feminista**, v. 32, n. 64: e2355. <https://doi.org/10.22201/cieg.2594066xe.2022.64.2355>
- BUENO, S.; BRIGAGÃO, J. Ronda para Homens da Ronda Maria da Penha PMBA/Salvador (BA). *In: Fórum Brasileiro de Segurança Pública (org.) Práticas inovadoras de enfrentamento à violência contra as mulheres: experiências desenvolvidas pelos profissionais de segurança pública*. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2017. – (Série Casoteca FBSP, v. 1), p. 43-54. Disponível em: <https://casoteca.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/09/casoteca-2017.pdf> Acesso em: 5 ago. 2023.
- CHOULIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. **Discourse in late modernity: rethinking critical discourse analysis**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.
- CRENSHAW, K. **A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero**. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wpcontent/uploads/2012/09/Kimberle-Crenshaw.pdf>. Acesso em: dez. 2016.
- FAIRCLOUGH, N. **Analysing discourse: textual analysis for social research**. Routledge: London, 2003.
- FAIRCLOUGH, N. **Language and Power**. London; New York: Longman, 1989.
- FLACSO BRASIL. **Mapa da Violência 2012 Atualização: Homicídio de Mulheres no Brasil, 2012**. Disponível em: <https://biblioteca.flacso.org.br/>
- FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. 3. ed. São Paulo: Loyola, 1996.
- GONÇALVES-SEGUNDO, P. R. Discurso e prática social. *In: BATISTA JR., José Ribamar Lopes; SATO, Denise Tamaê Borges; MELO, Iran Ferreira de (org.). Análise de discurso crítica para linguistas e não linguistas*. São Paulo: Parábola, 2018. p. 78-103.
- GRAMSCI, A. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995[1955].
- LAZAR, M. Feminist Critical Discourse Analysis: Articulating a Feminist Discourse Praxis. **Critical Discourse Studies**, 4:2, 141-164, DOI: 10.1080/17405900701464816
- MACHADO, L. Z. **Perspectivas em Confronto: Relações de Gênero ou Patriarcado?**. 2000.
- OLIVEIRA, L. A. **Facetas ideológicas das escolhas lexicais: a não neutralidade da língua em uso**. *Revista (Con) Textos Linguísticos*, v. 10, n. 16, p. 67-85, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/contextoslinguisticos/article/view/13704>. Acesso 05 ago 2023.

PINC, Tânia. Por que o policial aborda? Um estudo empírico sobre a fundada suspeita. **Confluências**, v. 16, n. 3, 2014, p. 34-59.

SAFIOTTI, H. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SARDENBERG, C. M. B. **A violência simbólica de gênero e a lei “antibaixaria” na Bahia**. OBSERVE: NEIM/UFBA, 2011.

SARDENBERG, C. M. B.; GROSSI, M. P. Balanço sobre a Lei Maria da Penha. **Revista Estudos Feministas**, v. 3, n. 2, 2015, p. 497-500. DOI: <https://doi.org/10.1590/%25x>

VAN DIJK, T. A. **Discurso e poder**. São Paulo: Contexto, 2008.

VAN DIJK, T. A. **Ideology: a multidisciplinary approach**. London, Thousand Oaks, New Delhi: SAGE Publications, 1998.

VAN LEEUWEN, T. The representation of social actors. *In*: Caldas-Coulthard, C. R.; Coulthard, M. (Ed.) **Texts and practices: readings in critical discourse analysis**. London: Routledge, 2003, pp. 32-70.

ZANELLO, V. **Saúde mental, gênero e dispositivo: cultura e processos de subjetivação**. Curitiba: Appris, 2018.

## O/A(S) AUTOR(ES/AS)

### Neila Priscila dos Santos Costa

Doutoranda em Linguagem, Cognição e Discurso pelo PPGLinC/UFBA. E-mail: [neila\\_priscila@yahoo.com.br](mailto:neila_priscila@yahoo.com.br).  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7229076710686300>

### Tatielle Gomes Rodrigues

Doutoranda em Linguagem, Cognição e Discurso pelo PPGLinC/UFBA. E-mail: [tatielle\\_rodrigues@hotmail.com](mailto:tatielle_rodrigues@hotmail.com). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9814266797553480>

### Daniele de Oliveira

Doutora em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professora Adjunta do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professora do Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura da UFBA (PPGLinC-UFBA). Líder do grupo de pesquisa Margens e Entrelinhas (GME). E-mail: [danieleoliveira99@gmail.com](mailto:danieleoliveira99@gmail.com). Lattes: <https://lattes.cnpq.br/5889942218776022>